Chapa 2 – "SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM – Agora vai!!!"

Eleições CNASI Triênio 2013/2015

A Chapa 2 constitui-se por um grupo de servidores do INCRA, representados em mais de 27 SRs e na Sede, os quais em face da atual conjuntura do INCRA e das Políticas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, e principalmente em face da conjuntura política que permeia o movimento sindical dos servidores públicos federais e trabalhadores em geral, optou por apresentar uma proposta de luta que dialogue com a base dos servidores do INCRA, no intuito de resgatar o potencial de luta e de autonomia da nossa Confederação Nacional.

A CNASI possui uma história de luta em defesa dos servidores do INCRA e da reforma agrária, em parceria com os movimentos sociais do campo. Essa história nós queremos não apenas manter como intensificar, principalmente em face do esvaziamento que o atual Governo, vem impingindo à política de reforma agrária calcada na desconcentração da terra e no combate ao latifúndio e à grilagem. Por trás do discurso de "desenvolvimento de assentamentos" e "governança agrária" há na verdade uma diretriz clara de aliança com setores ligado ao agronegócio nacional, expressa inclusive com a recente aprovação do Novo Código Florestal. Busca-se, no INCRA, o que de fato já se delineou desde o Governo Lula, ao nível mais geral: um pacto, um consenso, que neutralize o movimento social histórico em prol da desconcentração fundiária em nome da garantia dos interesses do capital nacional e transnacional expresso pelas grandes companhias mineradoras no Norte e pelas grandes companhias do agronegócio "produtivo" e especulativo imobiliário nas várias regiões do Brasil.

Do ponto de vista da luta mais geral dos servidores públicos federais, desde 1995 que vem sendo implementado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que, apesar de enunciar uma tentativa de romper com a Administração Pública de viés burocrático e clientelista, em nome da Administração Gerencial, revela em suas entrelinhas revela seu caráter de classe, um Estado a favor dos grandes proprietários de terra e do grande capital, calçado na redução dos gastos para superávit interno. Para isso, diminui suas funções (as repassando para as empresas privadas, não raro via terceirizações) e flexibiliza direitos dos trabalhadores do Estado. O resultado nós sofremos na pele. Para atender às demandas do capital financeiro e rentistas, tanto nacional quanto internacional, com o pagamento da dívida interna, expõe os serviços públicos essenciais, dos quais necessitam principalmente a classe trabalhadora (SAÚDE, EDUCAÇÃO, POLÍTICA AGRÁRIAS, CULTURA, etc.) ao "enxugamento" e precarização. Nesse

sentido, desde o Governo FHC há um processo de intensificação da diferenciação entre as carreiras no serviço público federal, onde as carreiras consideradas típicas de Estado e/ou aquelas que servem aos setores hegemônicos da sociedade (como algumas carreiras do MAPA, RFB, ANVISA, Infraestrutura) são melhor remuneradas do que as carreiras que servem aos setores que, apesar de majoritários, não possuem hegemonia política e historicamente tem sido alijados do processo de conquistas de direitos (como INCRA, FUNAI, FUNASA, Educação, Saúde, Cultura, dentre outros).

Nesse sentido, a Chapa 2 entende que a CNASI necessita mais do que nunca assumir uma postura autônoma e independente de quaisquer Governos e Gestões, no sentido da defesa intransigente dos trabalhadores e da qualidade de trabalho prestado pelos mesmos tanto no INCRA como no MDA. A Chapa 2 entende que, em havendo uma recomposição da força de trabalho do INCRA e MDA, há condições operacionais para o atendimento das necessidades dos assentados e agricultores que constituem o público demandatário dos serviços dispensados pela autarquia e Ministério. Nesse sentido, entendemos também que a CNASI deve pautar a sua ação sempre na busca da unidade e defesa de todos os servidores públicos que atendem aos trabalhadores e que estão com suas condições de salário e vida precarizadas pela política de sucateamento.

E para isso algumas tarefas estão colocadas com prioridade zero, a exemplo da reestruturação política pela base dos servidores e da reestruturação organizativa e estatutária que permita, inclusive, a possibilidade de aglutinar na nossa Confederação os servidores e servidoras das SRs que estão com as ASSINCRAs/ASSERAs desestruturadas por força da PORTARIA NORMATIVA No 1 de 25 DE FEVEREIRO DE 2010 do MPOG que restringiu a possibilidade de consignação em folha dos descontos das referidas entidades.

Dessa forma, elencamos a seguir as nossas propostas, divididas em eixos temáticos que correspondem a cada uma das áreas de atuação da nossa Confederação.

POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA e ORDENAMENTO FUNDIÁRIO

- Defesa intransigente dos interesses dos servidores e da qualidade de trabalho prestado pelos mesmos no INCRA e MDA, com vistas à prestação de atendimento digno ao público demandatário dos serviços da autarquia e Ministério;

- Defesa da reforma agrária calcada na desconcentração fundiária e no reconhecimento histórico do direito à terra aos povos do campo (sem-terra, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, populações tradicionais) e não apenas como política acessória de combate a miséria encampada elas atuais gestões do INCRA e MDA -

- Defesa do Gerenciamento e Ordenamento Fundiário, calcada na intensa identificação, fiscalização e monitoramento da malha fundiária, notadamente em face do processo de aquisição de imóveis por grandes companhias do capital internacional;

- Denúncia da falsa dicotomia entre "criação de assentamentos" e "desenvolvimento de assentamentos", defendida pela grande mídia e encampada pelos últimos governos. Na verdade, a missão institucional do INCRA é desconcentrar, criar e desenvolver assentamentos de reforma agrária e não UMA COISA OU OUTRA;

- Fortalecimento do INCRA com base na proposta da CNASI aprovada em 2010 denunciando a falácia do discurso de re(des)estruturação, encampado pela atual gestão INCRA e MDA;

POLÍTICA SINDICAL GERAL

- Anulação da Reforma da Previdência aprovada através de processos espúrios e ilegítimos de votação e negociação parlamentar (Mensalão, Caixa 2, etc.);

- Aprovação da PEC 555 (que dispõe sobre o fim do fator previdenciário);

- Combate e denúncia dos processos de assédio moral nos locais de trabalho, com acionamento das comissões de ética internas, dos órgãos de controle e do judiciário;

- Fortalecimento e incorporação da luta conjunta dos servidores federais no fórum de entidades federais, a exemplo do processo ocorrido na greve de 2012;

- Defender a CNASI como espaço para luta conjunta dos trabalhadores do INCRA;

- Denúncia do processo de terceirização, precarização e redução da força e das condições de trabalho no INCRA e MDA;

- Defesa e fortalecimento dos planos de autogestão, dentre eles a FASSINCRA, em contraposição ao lobby dos planos privados, corroborados pelo Governo Dilma através da ANS;

- Jornada de trabalho de 30 horas semanais com garantia de 12 horas de atendimento ao público;

POLÍTICA SINDICAL ESPECÍFICA – INCRA E MDA

- Preenchimento de 2.700 novas vagas das 4.500 aprovadas pela Lei n.º 11.090/2005;

- Criação de carreira única de Reforma e Desenvolvimento Agrário para servidores do INCRA e MDA, com equiparação de remuneração com carreiras assemelhadas e realização de concurso específico para o MDA, uma vez que as nomeações decorrentes do último concurso realizado pelo INCRA malmente suprem as carências da autarquia;

- Efetivação da Escola de Governo Agrária, com base nas diretrizes do Decreto n.º 5.707/2006;

- Estruturação de uma política de gestão de pessoas no INCRA, incorporando-a no Planejamento Estratégico da autarquia. A gestão de pessoas – que não se confunde com "ter servidores trabalhando nos RHs" ou com "metas de capacitação de servidores" – deve ser fruto de um planejamento estratégico e participativo com vistas aos processos de recrutamento (via concurso público), distribuição, desenvolvimento e manutenção da força de trabalho do INCRA e MDA, com foco na compatibilização entre a missão institucional, objetivos e metas da autarquia e os objetivos/demandas/anseios dos trabalhadores (remuneração, benefícios, capacitação, etc.). A evasão e conseqüente redução da força de trabalho só não atingem em cheio os interesses de uma gestão quando esta esteja comprometida com a extinção da instituição;

- Adoção/consolidação do IPPS (Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação) no âmbito da autarquia.

- Recuperar e/ou intensificar o diálogo e quando possível a unidade de ação e pautas com os servidores vinculados às demais carreiras do INCRA e MDA e dos trabalhadores do serviço público, dando conseqüência ao processo de mobilização da greve de 2012 e greves anteriores;

- Incorporação das Gratificações GDARA e GDAPA ao vencimento básico;

- Diminuição da grande disparidade salarial entre NS e NI;

- Fim do desconto de PSS para os servidores inativos, com extensão da paridade;

- Gratificação de Localidade para Amazônia Legal e regiões de Faixa de Fronteira;

- Gratificação de Qualificação e Titulação, como forma de estimular/valorizar os servidores no processo de aquisição de conhecimento acadêmico e/ou técnico-científico, como parte da política de desenvolvimento de recursos humanos;

- Realização do Concurso de Remoção previsto pela Instrução Normativa INCRA n 35, a exemplo do que acontece em outros órgãos como IBAMA, RFB, como forma de moralizar o processo de concessão das remoções de servidores. Remoção é direito do servidor e não deve ser usada como moeda de troca ou como concessão de favor em nome de interesses clientelísticos;

- Cumprimento da legislação que trata da ocupação de cargos comissionados e funções de confiança, combatendo o clientelismo político no INCRA e MDA.

(RE)ORGANIZAÇÃO DA CNASI

- Defesa do princípio de unidade com os trabalhadores da base dos servidores federais para luta unificada em todos os setores visando unificar a categoria, através da luta dentro dos sindicatos gerais e seus congêneres;

- Reformulação do Estatuto da CNASI, com proposta de eleições pela base e reestruturação organizativa de forma a permitir a participação/associação/contribuição dos servidores e servidoras das SRs cujas ASSINCRAS e ASSERAS estão desarticuladas e sem arrecadação;

- Reestruturação política e financeira da entidade: a CNASI precisa resgatar a sua legitimidade política perante os servidores e servidoras, bem como manter a sua independência e autonomia financeira em relação às direções das demais entidades associativas e sindicais, e principalmente, em relação ao INCRA;

- Autonomia e Independência em relação a partidos políticos, centrais e governos: entendemos que cada servidor e servidora, associado ou dirigente da CNASI, possuem o direito político de filiação a quaisquer partidos, bem como apoio a quaisquer governos e/ou centrais sindicais. No entanto, enquanto entidade, a base e os dirigentes da CNASI devem se pautar pelos interesses da

categoria e pelas deliberações dos seus fóruns, repudiando e denunciando as práticas de cooptação política perpetradas pelos Governos de plantão e se posicionando, intransigentemente, em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores do INCRA e MDA, sempre focando o interesse maior dos trabalhadores do serviço público federal e da classe trabalhadora.

INTEGRAM A NOSSA CHAPA:

Samuel Cruz (SR-01)

Cleuza Carneiro (SR-04)

Cláudio Bonfim (SR-05)

Eric Mota (SR-05)

José Cunha (SR-05)

Arnaldo José (SR-06)

Fabrício (SR-06)

Marcelo (SR-06)

Maria Jurgleide (Juca – SR-07)

Rosane Rodrigues (SR-07)

Rossini Lima (SR-09)

Cláudio (SR-09)

João Wagner (SR-09)

Marcela Machado (SR-10)

Alisson (SR-13)

Roosevelt Motta (SR-13)

Adalberto Justino (SR-13)

Pedro Nazareno (SR-14)

Elmir (SR-15)

Oberdan Torres (SR-15)

Argemiro Alves (SR-16)

Jorge Werley (SR-17)

Heron Barbosa (SR-18)

Luis Bezerra (SR-18)

Adélia (SR-25)

Ramon Araújo (INCRA-Sede)

Débora Mabel (INCRA-Sede)

APOIAM A NOSSA CHAPA:

Ricardo Bressan (INCRA-Sede)

Clariana Pinto (INCRA-Sede)

Lucio Mello (INCRA-Sede)

Edione (INCRA-Sede)

Tamara (INCRA-Sede)

Raquel Vuelta (INCRA-Sede)

Clênia (SR-06)

Elton (SR-08)

Débora (SR-08)

Fábio Pagliosa (SR-09)

Daggo Daniel (SR-10)

Jovânia Muller (SR-10)

Márcio Rutkoski (SR-10)

Heron Rosa (SR-10)

Décio Monteiro (SR-11)

Conceição (SR-11)

Mariana (SR-12)

Marcos Palhares (SR-12)

Daniel Yamamoto (SR-16)

Claudine (SR-19)

Pedro (SR-20)

Elmo (SR-25)

Eder Lucinda (SR-26)

Eduardo Camilo (SR-26)

Flávio Mota (SR-26)

Cândido Cunha (SR-30)

Edson Valério (SR-30)

Almir Cezar (MDA-Sede)